

**Curso: Violência Doméstica, uma questão de gênero: valores e possibilidades – Curso compartilhado da ENFAM**

**Modalidade:** Educação à distância - EaD

**Período:** 14 de junho a 20 de julho de 2021

**Carga Horária:** 40 horas

**Tutoria:** Dra. Madgeli Machado – Juíza do TJRS

**Co tutoria:** Marcos Souza – Assistente Social do TJDFT

## PROGRAMAÇÃO

### **Ambientação – dias 14 e 15 de junho**

Navegando pela plataforma. Manual do Aluno. Programação do curso. Fórum de apresentação dos alunos.

### **Unidade I – de 16 a 22 de junho**

**Tema: A Evolução dos conceitos de gênero e direitos humanos das mulheres**

**Conteúdo programático:** Conceitos de gênero; História da mulher na sociedade contemporânea; Direitos humanos das mulheres

**Objetivo Específico:** Apropriar-se de fundamentos normativos e da literatura relativos às questões de gênero, da história da mulher na sociedade contemporânea e dos Direitos Humanos das Mulheres, com vistas a correlacioná-los com o trabalho judicial no que se refere à violência doméstica e familiar.

**Metodologia:** Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão).

**Avaliação de aprendizagem:** A avaliação de aprendizagem, com foco formativo, ocorrerá processualmente, durante todo o curso e com base na participação nas atividades propostas, que englobam trabalhos individuais e atividades colaborativas que proporcionem a interação e discussão, conforme orientações e planos de tutoria a serem explicitados no início de cada unidade.

### **Unidade II – de 23 a 29 de junho**

**Tema: Efetividade da Lei Maria da Penha**

**Conteúdo Programático:** A Lei Maria da Penha: definição e formas de violência contra a mulher; Interpretação e aplicação da Lei Maria da Penha; Atuação judicial com perspectiva de gênero.

**Objetivos Específicos:** Analisar os diversos fatores relativos à interpretação e à aplicação efetiva da Lei Maria da Penha, considerando as formas de violência contra a mulher.

**Metodologia:** Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão).

**Avaliação de aprendizagem:** A avaliação de aprendizagem, com foco formativo, ocorrerá processualmente, durante todo o curso e com base na participação nas atividades propostas, que englobam trabalhos individuais e atividades colaborativas

que proporcionem a interação e discussão, conforme orientações e planos de tutoria a serem explicitados no início de cada unidade.

**Unidade III – de 30 de junho a 06 de julho**

**Tema: Aspectos penais e processuais da Lei Maria da Pena**

**Conteúdo Programático:** Aspectos penais e processuais da Lei Maria da Pena; Medidas protetivas; Procedimentos e questões controvertidas da Lei Maria da Pena.

**Objetivos Específicos:** Aplicar procedimentos adequados relativos aos aspectos penais e processuais da Lei Maria da Pena.

**Metodologia:** Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão).

**Avaliação de aprendizagem:** A avaliação de aprendizagem, com foco formativo, ocorrerá processualmente, durante todo o curso e com base na participação nas atividades propostas, que englobam trabalhos individuais e atividades colaborativas que proporcionem a interação e discussão, conforme orientações e planos de tutoria a serem explicitados no início de cada unidade.

**Unidade IV – de 07 a 13 de julho**

**Tema: Os sinais e impactos da violência na vida da mulher: o olhar multidisciplinar e a intervenção em Rede**

**Conteúdo Programático:** Ciclo da violência; Fatores de risco; Rede de prevenção, proteção e atendimento.

**Objetivos Específicos:** Analisar o papel da equipe multidisciplinar na identificação dos sinais e impactos da violência e sua importância na integração e articulação com a Rede de Proteção e Assistência.

**Metodologia:** Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão).

**Avaliação de aprendizagem:** A avaliação de aprendizagem, com foco formativo, ocorrerá processualmente, durante todo o curso e com base na participação nas atividades propostas, que englobam trabalhos individuais e atividades colaborativas que proporcionem a interação e discussão, conforme orientações e planos de tutoria a serem explicitados no início de cada unidade.

**Etapa Final – 14 a 20 de julho**

Elaboração e envio da atividade avaliativa final. Avaliação de Reação.

**BIBLIOGRAFIA:**

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. Dossiê Femicídio e Dados da Violência contra a mulher. <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>

BRASIL. Decreto Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Pena: Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 2008.

PRÓSPERO, Neuza Ramos. Violência Doméstica Contra Mulher – Caminhos e Descaminhos, Histórias Vividas, Histórias Contadas. Campo Grande: UCDB, 2007.

SABADELL, Ana Lúcia. Manual de Sociologia Jurídica. 7. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2004.

BIANCHINI, Alice. Lei Maria da Penha: Lei n. 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. Exposição de Motivos da Lei Maria da Penha. Exposição de Motivos nº016- SPM Presidência da República. Expomotiv/SPM/2004/16.Presidência da República. Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil/\\_03/projetos/expmotiv/smp](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_03/projetos/expmotiv/smp).

BRASIL. Manual de Rotinas e Procedimentos dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Brasília: CNJ, 2018. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/09/0b78d517c13e632658a0780027c6bd0b.pdf>

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Manual de Rotinas e Procedimentos dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. 2018. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/09/0b78d517c13e632658a0780027c6bd0b.pdf>. Acesso em: 23 out.2019.

FERNANDES, Valéria Diez Scarance. Lei Maria da Penha. O Processo Penal no Caminho da Efetividade. São Paulo: Atlas, 2015.

MARQUES, Deyvis de Oliveira; ALVES, Cornélio (org.). Leituras de direito.violência doméstica e familiar contra a mulher. 2017. Disponível em: <http://www.amb.com.br/foavid/files/livro-foavid.pdf>. Acesso em 23 out.2019.

MEDEIROS, Marcela Novais.. Avaliação de risco em casos de violência perpetrada pelo parceiro íntimo. 2015. 235f. Tese de doutoramento (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) – Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de Brasília, Distrito Federal,2015.

MELLO, Adriana Ramos de. Femicídio: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016.

MORENO, Maria Constanza Ballesteros ; ARANDA, Elviro (diretor) et al. Estudios sobre la ley integral contra la Violencia de Género, p. 145. Editorial Dykinson, Madri, 2005.

RAMOS DE MELLO, Adriana; Paiva, Livia De Meira Lima. Lei Maria da Penha na Prática. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos; INCROCCI, Caio H. de Mendonça Chaves. Grupos reflexivos: notas sobre os desafios para a construção de responsabilização, redução de violência e efetividade de programas para HAV contra mulheres. In: PASINATO, Wania; MACHADO, Bruno Amaral; ÁVILA, Thiago Pierobom de (Coord.). Políticas Públicas de Prevenção à VCM: Direito, Transdisciplinaridade e Pesquisas Sóciojurídicas. Vol. 06, São Paulo: Marcial Pons; Brasília: Fundação Escola, 2019.

CARREIRA, Denise; PANDJIARJIAN, Valéria. Vem pra roda! Vem pra rede! Guia de apoio à construção de redes de serviços para o enfrentamento da violência contra a mulher. São Paulo: Rede Mulher de Educação, 2003.

DINIZ, Glaucia R. S; FONTES, Giordana, C. Gênero, Saúde Mental e Violência: efeitos adversos da violência psicológica na saúde mental. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

FILHO, Gerardo M. de. A; FREITAS, Cibeli P. Violência doméstica em mulheres com transtornos mentais: saúde, estigma e gênero. Revista Interciência, IMES Catanduva - V.1, Nº1, dezembro, 2018.

GUIMARÃES, Fabrício L. “Ela não precisava chamar a polícia...”: anestésias relacionais e duplovínculos na perspectiva de homens autores de violência conjugal”. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília: 2015.

MEDEIROS, Marcela Novais. Avaliação de risco em casos de violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura. Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Editado por Etienne G. Krug, Linda L. Dahlberg, James A. Mercy, Anthony B. Zwi e Rafael Lozano. Genebra: 2002.

\_\_\_\_. Relatório Mundial sobre Prevenção da Violência. Traduzido pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEVUSP), USP, São Paulo, 2014. Disponível em [www.nevusp.org/relatorio-mundial-sobre-a-prevencao-da-violencia-2014](http://www.nevusp.org/relatorio-mundial-sobre-a-prevencao-da-violencia-2014).

PASINATO, Wania. Oito anos de Lei Maria da Penha: entre avanços, obstáculos e desafios. Consultora independente. Estudos Feministas, Florianópolis, 23(2): maio-agosto/2015.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Presidência da República. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, 2011.

**Tutores:**

**Madgeli Machado**

Juíza do TJRS

**Marcos Souza**

Bacharel em Serviço Social, professor e Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília. Atualmente, coordeno o Centro Judiciário da Mulher Polo Oeste, aqui no TJDF. Sou analista judiciário do TJDF desde abril de 2000.  
[marcos.souza@tjdft.jus.br](mailto:marcos.souza@tjdft.jus.br)